

Manifesto da Sociedade Civil pela Aprovação do Projeto de Lei 3.668 de 2020

As instituições abaixo assinadas, preocupadas com os impactos da pandemia no Sistema Socioeducativo, atentas às necessidades emergenciais no atendimento, especialmente às medidas de privação de liberdade, e comprometidas com a defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, profissionais e famílias, que estão envolvidos com o cotidiano do Sistema Socioeducativo, sobretudo nesse período, vivenciam situações de vulnerabilidade, agravadas pelos processos de institucionalização, vêm a público manifestar apoio ao Projeto de Lei Federal nº 3.668 de 2020 de autoria coletiva dos parlamentares Alexandre Padilha - PT/SP, Eduardo Barbosa - PSDB/MG, Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC, Leandre - PV/PR, Marcelo Freixo - PSOL/RJ, Tabata Amaral - PDT/SP, Fabio Trad - PSD/MS, João H Campos - PSB/PE, Valmir Assunção - PT/BA Orlando Silva - PCdoB/SP.

É notório que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. Somando-se, agora, a pandemia, as desigualdades estão cada vez mais expostas, profundas e desproporcionais, atingindo de maneira mais violenta às populações negra, indígena, quilombola, pobre e periféricas, além das pessoas em privação de liberdade.

No que diz respeito à privação de liberdade de adolescentes e jovens, de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público, em setembro de 2019, havia mais de 18 mil adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, enquanto o país dispunha de 16.161 vagas para atendimento. Desta forma, é inegável que, somada à superlotação, à precariedade das instalações e serviços oferecidos pelos programas socioeducativos, à ausência de equipe e materiais de higiene e saúde e à falta de assistência, a pandemia representa riscos irreparáveis a milhares de adolescentes, jovens, profissionais que atuam no sistema e famílias.

Já os dados do monitoramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que até o dia 29 de junho foram registrados 1.469 casos confirmados no Sistema Socioeducativo, com treze mortes. Dos casos confirmados, 341 eram de adolescentes e 1.128 eram de servidores/as. Os treze óbitos confirmados eram de profissionais que atuavam no sistema.

Desta forma, neste mês, em que se comemora o aniversário de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é necessário reafirmar o compromisso constitucional, político e social de assegurar os direitos de crianças, adolescentes e jovens com absoluta prioridade. Por isso, as entidades subscritas manifestam-se pela aprovação do Projeto de Lei Federal nº 3.668 de 2020, apresentado em 06 de julho de 2020, que regulamenta a manutenção do conjunto ordenado de objetivos e princípios que envolvem a aplicação e a execução das medidas socioeducativas durante o período de crise sanitária causada pela Covid-19, com atenção a ações e cuidados à saúde da comunidade socioeducativa de todo o país, bem como as medidas apresentadas pela Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça. Estando, portanto, em plena conformidade com o ordenamento jurídico interno

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Federal nº 12.594/2012) e com os documentos internacionais (Regras de Beijing de 1985, Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, Princípios Orientadores de Riad de 1990 e as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade de 1990), firmados pelo Brasil.

Assim, acreditamos ser fundamental a aprovação do Projeto de Lei nº 3.668/2020 sobretudo para controlar a expansão da crise sanitária no Sistema Socioeducativo, protegendo a vida e a integridade física, tanto de adolescentes e jovens, como dos/as profissionais que atuam nesses locais, como ação necessária, urgente e responsável. Os 30 anos do ECA demandam uma atuação de acordo com a responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e sociedade; configurando também uma oportunidade para reafirmarmos que todas e todos adolescentes e jovens devem ter seus direitos garantidos, e, nesse caso específico, no que se refere à liberdade à saúde e à vida.

10 de julho de 2020.

Assinam

A.S.E.C.Novos Rumos

ABRAPSO -Regional São Paulo

Aliança Nacional LGBTI+

ANDI - Comunicação e Direitos

Artigo 227

Associação Bom Pastor

Associação Cultural e educacional dos Amigos do Sítio do Pica Pau Amarelo (ACEASPP)

Associação dos familiares e amigos dos presos e egressos do Estado do Rio de Janeiro (AFAPERJ)

Associação dos Moradores do Jardim Casa Blanca e Adjacências - AMJCBA

Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM-MG)

Associação Habitacional e Comunitária Três de Setembro

Associação Internacional Maylé Sara Kalí-AMSK

Associação Nacional dos Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED/Seção DCI Brasil)

Avante Educação e Mobilização Social

CASA LAUDELINA de Campos Mello - Organização da Mulher Negra

Central de Movimento Popular de Pernambuco

Central Única dos Trabalhadores

Centro da Juventude Santa Cabrini

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará)

Centro de Defesa de Direitos Humanos do Círculo Operário Leopoldense.

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos)

Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde

Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionisio (UFRN)

Centro de Referência sobre drogas e vulnerabilidades associadas da UnB

Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz - SC
Centro Interdisciplina de Educação Social e Socioeducação - CIESS/UFRGS
Coletivo de Assistentes Sociais Resistência e Luta
Coletivo Quilombo Marielle Franco - UNICAP
Comissão de Direitos Infantojuvenis da OABSP
Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
Conectas Direitos Humanos
Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP)
Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT
COMUPPIR Barra Mansa
Defensoria Pública da União
Desafio Jovem do Maranhão (djoma)
Escola da Fazenda
ESSOR Brasil
Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/ SP
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Frente Distrital pelo desencarceramento
Frente Paraense pelo Desencarceramento
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP/PE)
Grupo Asa Branca de Criminologia da Universidade Federal de Pernambuco e da
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP/UFPE)
Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de
São Carlos (GEVAC-UFSCar)
Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal é Democracia
Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança Pública e Administração da Justiça
Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (GPESC-PUCRS)
Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça da Universidade Federal do ABC
(SEVIJU-UFABC)
Grupo de Pesquisa sobre Cidadania, Violência e Administração da Justiça da Universidade
Federal de São Paulo (CIVAj/Unifesp)
Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(GPVC-UFRGS)
Grupo Robeyoncé de Extensão Universitária/UFPE
Instituto Alana
Instituto Amigos da Inclusão Social (IAIS)
Instituto Árvores Vivas para Conservação e Cultura Ambiental
Instituto Avisa Lá Formação de Educadores
Instituto Brasil Central IBRACE
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Instituto Brasiliana
Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
Instituto Co-Labore
Instituto Dakini
Instituto da Infância - IFAN
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)

Instituto Mariana
Instituto Mundo Aflora
Instituto Samara Sena
Instituto da Advocacia Negra Brasileira
Instituto Sou da Paz
Instituto Ayuele
Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LAESP-UFF)
Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ
Laboratório de Estudos sobre o Crime e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (LASSOS-UFBA)
Liberta Elas
Movimento Moleque
Movimento Negro Unificado
Movimento Negro Unificado de Pernambuco
Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Rondônia
Movimento Nacional de Meninos(as) de Rua dá Paraíba
Movimento Republica de Emaus
NECA - Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente
Nova Frente Negra Brasileira
Núcleo de Sociologia do Direito (NSD-UFF)
Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade da Universidade Federal Fluminense (NECSO-UFF)
Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado da Universidade Federal Fluminense (NEPSSE-UFF)
Observatório de Pesquisa em Violência e Juventude (UFRGS/CNPQ)
Observatório da Socioeducação (UFRGS)
Observatório Popular de Direitos Humanos de Pernambuco
Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo
Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Publica do Ceará
Pastoral Carcerária Nacional
Plataforma 4daddy
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Proame Cedeca
Programa de prestação de serviços à comunidade da UFRGS
Política é a Mãe - POEMA
Ponto de Ação Cultural de Barra Mansa
Rede Brasileira Infância e Consumo (Rebrinc)
Rede Conhecimento Social
Rede Mães de Luta - MG
Rede de mães e familiares da baixada vítimas de violência do Estado

Rede Não Bata, Eduque

Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

Rede Justiça Criminal

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)

Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade

Uneafro Brasil

Unisul

United Way Brasil

Usina da Imaginação

Vira e mexe. Desenvolvimento de equipes

Zelo Consultoria em Educação e Desenvolvimento Infantil